

Vários projetos à espera de novo 'esforço'

Na esteira da política salarial, uma série de propostas ficará engavetada por mais de uma semana, aguardando novo esforço concentrado do Congresso, previsto para começar em 4 de dezembro. As principais são o projeto que institui o crime de usura para a cobrança de juros acima de 12% ao ano, o que proíbe a reedição de medidas provisórias por mais de uma vez e os vetos presidenciais ao plano de custeio, benefícios e Sistema Único de Saúde.

Além dessas propostas, o próximo esforço concentrado terá de aprovar o orçamento de 1991 — um texto que engloba diversos relatórios e sempre causa problemas aos parlamentares. No Congresso, as maiores discussões relativas ao orçamento se referem ao que os parlamentares chamam de "varejo" — a distribuição dos últimos recursos para obras em seus municípios.

— Vamos tentar aprovar o orça-

mento, mas temos de discutir as propostas. Dessa vez, houve uma manobra dos parlamentares ligados aos banqueiros para não votarmos o projeto do crime de usura. Eles querem evitar que os seus padrinhos acabem na cadeia — afirmou o Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator do projeto que institui como crime de usura a cobrança de juros superiores a 12% ao ano.

Gasparian se referia à sessão da Câmara dos Deputados marcada para as 13h30m, que não foi convocada porque o Congresso se reuniria no plenário para analisar os vetos presidenciais. O saldo da sessão foi a votação do projeto de conversão das Medidas Provisórias 249 (Previdência) e 248 (comercialização do trigo). Os vetos não foram apreciados por falta de quórum.

O projeto que regulamenta a medida provisória está em pauta desde o início do ano, quando o Presi-

dente Fernando Collor enviou ao Congresso Nacional um pacote com mais de 20 propostas. O projeto que institui o crime de usura para a cobrança de juros acima de 12% percorreu praticamente todas as comissões permanentes da Câmara. Está em análise desde 1983, quando foi apresentado pelo Deputado Gastone Righi.

Os vetos presidenciais ao plano de custeio e de benefícios e ao Sistema Único de Saúde se referem a assuntos discutidos pelo Congresso há dois anos, quando foi aprovada a nova Constituição.

— Esses projetos foram discutidos com todos os setores envolvidos — associações médicas, previdenciários. Estamos há cinco anos discutindo essas propostas. Agora, todo esse trabalho foi frustrado, porque o Presidente insiste em não aproveitar as boas propostas existentes no País — afirmou o Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ).